

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO

Processo Administrativo nº 09/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 02/2026

A presente Razão da Escolha do Contratado tem por finalidade justificar, no âmbito do processo de inexigibilidade de licitação, a escolha do proprietário do imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento da Casa de apoio aos atendimentos do setor de regulação, especialmente para embarque e desembarque de pacientes que realizam tratamentos, exames e consultas fora do Domicílio (TFD), bem como outros atendimentos regulados pelo SUS sob responsabilidade da secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho/MS, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

Conforme levantamento e Avaliação de Imóvel Urbano elaborados pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação e Reavaliação de Bens Imóveis, o imóvel localizado na a Rua Francisco de Oliveira, esquina com a Rua Presidente Vargas, Bairro Florestal, s/n, nesta cidade, apresenta área total de 300,00 m², boa localização em área urbana consolidada e infraestrutura adequada (pavimentação, energia elétrica, esgotamento sanitário e drenagem), atendendo plenamente às necessidades de espaço físico, acesso e logística para o funcionamento da Casa de apoio aos atendimentos do setor de regulação, especialmente para embarque e desembarque de pacientes que realizam tratamentos, exames e consultas fora do Domicílio (TFD), bem como outros atendimentos regulados pelo SUS sob responsabilidade da Secretaria de Saúde de Porto Murtinho/MS.

A referida comissão concluiu que, consideradas as características específicas do imóvel, sua localização estratégica, a inexistência de imóveis públicos disponíveis e a ausência de outros bens privados com condições equivalentes na região, há inviabilidade de competição, uma vez que o imóvel avaliado é, na presente data, o único capaz de atender de forma adequada e imediata ao interesse público da Administração.

Dessa forma, a escolha do contratado revela-se intrinsecamente vinculada ao imóvel, pois o proprietário do bem é o único que detém a titularidade e, conseqüentemente, a possibilidade jurídica de locá-lo ao Município. Assim, a contratação direta do referido proprietário mostra-se compatível com o art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, bem como com o laudo técnico de avaliação juntado aos autos, configurando-se como a solução adequada e vantajosa para a Administração.

Porto Murtinho/MS, 28 de Janeiro de 2025.



Josely Tavares
Gerente de Compras